

**CARMAN, María.** 2011. *Las trampas de la naturaleza. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/CLACSO. 285pp.

---

**Candice Vidal e Souza**

Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais (PUC/MG)

As formações de alteridade assentadas  
nos atributos de maior ou menor distan-

ciamento em relação a ideais de natureza e cultura podem ser constatadas em situações em que os grupos sociais estão próximos espacialmente, sob o ordenamento estatal das interações sociais e do uso do espaço em condições nominalmente democráticas. As pesquisas de María Carman em Buenos Aires fazem ver aos seus leitores processos de construção de fronteiras entre concidadãos repletos de imputações desumanizadoras e ações degradantes que reconhecem apenas em alguns grupos o merecimento à cidade. A observação etnográfica dos processos de apropriação e desapropriação dos espaços de viver na cidade mostra a complexidade dos movimentos dos agentes sociais (Estado, organizações não governamentais, população atingida, moradores, imprensa, Poder Judiciário) e a ambiguidade evidenciada nas políticas e nos modos de descrever e de reconhecer os problemas da cidade.

Estamos diante de ocorrências dramáticas, acompanhadas em seu momento de combate mais decisivo, como os casos das remoções das favelas Villa Rodrigo Bueno e Aldea Gay. No primeiro caso, o desalojamento não se completou totalmente, ao passo que a Aldea Gay foi totalmente removida. Essas favelas estão localizadas em áreas enobrecidas da cidade, o que redefine o direito de quem pode desfrutar do prestígio de viver perto de áreas naturais e dos bairros luxuosos e exclusivos de Buenos Aires. Assim, a pesquisa acompanha os efeitos iniciais da percepção de que "eles" estão lá, a elaboração dos argumentos a favor da remoção e da recuperação dos espaços degradados socialmente pela presença desses outros (argentinos pobres, "negros", gays, peruanos, bolivianos). Sabe-se também que os indivíduos retrucam as informações que os animalizam ou acusam de sujeira e degradação do ambiente natural. Antes do desfecho final, porém, as ações que

inviabilizam a vida nesses locais, como dificuldade de acesso à água e ao esgoto, à coleta de lixo, aos benefícios de políticas sociais e à assistência de saúde, se sustentam na argumentação de que não são cidadãos plenos.

A autora apresenta contextos em que alguns moradores da cidade são invisíveis – até o momento em que incomodam um dado projeto hegemônico de apropriação do espaço urbano – em relação a outros lugares em que seriam "supervisíveis", cujo habitat e estilo de vida seriam propagandeados para serem alvos do desejo de quem pode e da inveja daqueles que nunca poderão. Fala-se de segregação socioespacial em toda a narrativa de María Carman. Contudo, pensam-se pessoas e espaços socialmente modelados como interdependentes e inter-relacionados: a superioridade de uns se confirma diante da presença da subalternidade de outros.

Na introdução, a autora reconhece o vínculo entre este livro e o trabalho anterior sobre o bairro do Abasto, no qual descreve e analisa as armadilhas da cultura, presentes nos conflitos de remodelação e enobrecimento de regiões tradicionais da cidade e seus ocupantes desprivilegiados. Ambos os argumentos seriam incontestáveis e justificariam o "exercício de uma 'violência civilizada' sobre os setores considerados indesejáveis na cidade de Buenos Aires" (:27). As configurações empíricas apresentadas nos capítulos do livro convergem para o objetivo de "analisar como usos e apelações à natureza funcionam como uma máscara para a segregação sociourbana" (:27) na capital argentina. Veremos então a intensa politização dos discursos em todos os níveis, nos quais as palavras são usadas para desautorizar, ironizar ou reagir à desapropriação simbólica, no caso daqueles que esperam a desocupação de suas casas em um futuro breve. São numerosos os exemplos de reportagens ou

artigos jornalísticos publicados em jornais prestigiosos ou de programas televisivos em que o papel opinativo da imprensa nesses debates urbanos é aceito, mesmo que apoiado em estereótipos e preconceitos explícitos sobre um grupo de pessoas. Veja-se a irônica referência à Villa Rodrigo Bueno como *villa top*, por se localizar em Puerto Madero, na zona mais cara de Buenos Aires. Ou ainda a referência a Aldea Gay como *country gay* (:64)

O primeiro capítulo, "La Villa Rodrigo Bueno", narra a disputa em torno das terras ocupadas por cerca de 2 mil moradores a poucos metros de Puerto Madero e na vizinhança da Reserva Ecológica Costanera Sur. Estão próximos ainda do centro esportivo do Boca Juniors e do projeto de um condomínio de luxo de uma grande construtora (IRSA). Chegados no início dos anos 1980, os moradores improvisaram suas habitações. De certo modo, o governo municipal reconheceu essa ocupação ao construir casas precárias de madeira, sem banheiro, que reproduziam, sem melhoria, o modo de construção preexistente. Tempos depois, os mesmos representantes estatais ameaçam com a retirada dos moradores, com o argumento do prejuízo ambiental que poderiam causar à natureza circundante. Como nota a autora, a Villa Rodrigo Bueno era praticamente desconhecida até o momento em que passa a existir como tema jornalístico entre 2004 e 2005. Referida como uma das favelas mais perigosas da cidade, lugar onde a polícia não entra (:47), a favela ganha visibilidade como problema ambiental urbano. Apenas quando a juíza encarregada do caso intervém, reafirma-se o direito das pessoas à moradia e se desnatura o debate. A instituição desta perspectiva humana e social impede a remoção completa das pessoas para locais distantes na região metropolitana.

A observação dos modos de viver dos moradores permite à autora perceber

lugares em relação, no plano das definições das identidades e das fronteiras entre os espaços urbanos, mas também no das interações entre os vizinhos. A favela Rodrigo Bueno provê mão de obra para os serviços necessários em Puerto Madero, ao mesmo tempo em que essa localização vantajosa torna o valor de venda das casas superior ao de outras favelas da cidade. De fato, para os pobres, aquele lugar facilitava-lhes a vida. Das 160 famílias removidas e que receberam subsídios do governo municipal, muitas retornaram em condições mais precárias, além de serem apontadas como traidoras do bairro. Como informa Carman, se antes do desalojamento viviam ali 400 famílias, em 2009 foram recenseadas 770 famílias. A presença da favela finda por fraturar a utopia de cidade expressa no projeto Puerto Madero: um reino separado e protegido para poucos argentinos e turistas, capaz de confirmar Buenos Aires no mapa global das cidades sofisticadas. María Carman percebe a continuidade da representação dos indesejáveis como próximos espacialmente, porém distanciados temporal e moralmente. Ainda estão lá como *outros* sociais, ainda sujeitos das várias formas da violência urbana.

A Aldea Gay, tema do segundo capítulo, foi fundada por um grupo de catadores *gays* que antes moravam nas ruas. Quando a favela foi desalojada completamente em julho de 2006, lá viviam 325 pessoas, das quais 85% eram de origem argentina. María Carman lamenta que tenha chegado tarde demais para iniciar seu trabalho de campo no local, do qual ela desconhecia a existência. Recolhe as versões sobre o "tempo primordial" da favela, sempre atualizadas e capazes de funcionar como argumentos para a permanência na região da Costanera Norte, na qual seriam instalados o Parque Natural e o Parque da Memória, este último em homenagem às vítimas da última ditadura militar.

A presença dessas pessoas era vista como uma “dupla impureza”, pois ameaçavam a natureza próxima ao rio e profanavam a memória dos desaparecidos. Como no caso anterior, esse grupo é visto como fora do lugar, perturbando a adequação idealizada entre espaço físico ocupado e posição no espaço social.

É notável, inclusive pelo material fotográfico e pela dedicatória do livro, a convivência privilegiada que a autora teve com os homossexuais/travestis da Aldea Gay. A combinação de fatores de classe social e gênero neste exemplo de ocupação sobrevaloriza negativamente a condição de morador de favela. Outros moradores, como os homens pescadores e as famílias heterossexuais, foram observados à maior distância.

A distinção entre fundadores e outros moradores, sobretudo famílias, é reforçada ou esmaecida diante dos interlocutores externos. Segundo Carman, ao correr do tempo de negociações, os moradores teriam refinado seu saber sobre o funcionamento do Estado. Em certas circunstâncias, a apelação a organizações de defesa dos direitos homossexuais era exercida, em outras, o nós eram as 90 famílias ali residentes.

O terceiro capítulo, “La máxima intrusión socialmente aceptable”, reflete sobre as experiências de sofrimento e abuso, em plena democracia, a que são submetidos os pobres mais marginalizados. A autora expõe a lógica da ambiguidade da ação do Estado a respeito da tolerância sobre os usos ilegítimos do espaço urbano. Segundo Carman, “a representação prevalecente e em geral implícita é que somente persistem na cidade as favelas e ocupações ilegais cuja localização geográfica coincida com o capital econômico, cultural e social imputado a seus moradores” (:189).

No capítulo a seguir, a pesquisa desdobra-se sobre “os bairros com cadeado no jardim de Epicuro”. A ideia de paraíso

como jardim fechado é recuperada para compreender as formas de viver nas cidades que são os condomínios. As imagens de natureza, prazer, felicidade e dor formuladas por Epicuro (341-270 a.C.) são recontradas por Carman nesses espaços em que se idealiza um prazer imutável e se controla o medo da pobreza indesejável que está bem perto.

A perspectiva etnográfica sobre o tema da expropriação da condição humana dos setores desfavorecidos (por meio de sua animalização) e a super-humanidade (confirmada em suas propriedades culturais) daqueles que se veem dentro dos jardins fechados e vigiados mostram ao leitor os modos de agir e as fórmulas discursivas dos atores sociais envolvidos em configurações locais de desigualdade. As lutas simbólicas em torno da animalização dos seres humanos economicamente inferiorizados estão atreladas aos movimentos de destituição de seus espaços de vida e de seu direito à cidade. Os registros e a crítica antropológica desses processos que se passam localmente estimulam comparações entre situações de desapropriação urbanas, nas quais estão operando as armadilhas da natureza e da cultura que Carman pretende surpreender.